

DISCURSO DE SUA SANTIDADE BARTOLOMEU, PATRIARCA ECUMÊNICO, SOBRE A OUTORGA DE UM DOUTORADO HONORIS CAUSA PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE SÃO TOMÁS DE AQUINO (ROMA, 23 DE OUTUBRO DE 2026)

Estimado Reitor do Angelicum e Decano de Teologia,
Veneráveis hierarcas e clérigos,
Administração, corpo docente e alunos de destaque,
Irmãs e irmãos em Cristo,

É verdadeiramente um privilégio e um prazer estar entre vocês como o modesto detentor de um doutorado honorário em teologia sagrada, no contexto de uma conferência especial organizada pelo vosso Instituto de Estudos Ecumênicos (*Oecumenicum*) por ocasião do 10º aniversário do Santo e Grande Concílio, a fim de abordar a importância e o impacto desse encontro extraordinário que ocorreu na ilha de Creta em junho de 2016.

Este auspicioso evento proporciona a mim — e a todos nós — a oportunidade de refletir sobre o que é, sem dúvida, o concílio mais significativo da história recente da Igreja Ortodoxa. Embora muito já tenha sido escrito sobre os debates e decisões do Concílio, seus sucessos e desafios, não há dúvidas de que ele ocupa um lugar singular na vida contemporânea da Ortodoxia, representando não apenas um encontro de bispos, mas o ápice de mais de um século de preparação, oração e promessa. Por isso, intitulei esta apresentação: “Conciliaridade e Comunhão na Igreja”.

Os preparativos para o Santo e Grande Concílio começaram formalmente no início do século XX, receberam novo impulso sob o Patriarca Ecumênico Atenágoras na década de 1960 e avançaram por meio de sucessivas Conferências Pré-conciliares Pan-Ortodoxas. O próprio fato de tal concílio ter sido finalmente convocado demonstra o compromisso da Igreja com o princípio da sinodalidade, que é a fonte e o cerne de nossa eclesiologia. Pela primeira vez em muitos séculos, os primazes, hierarcas e conselheiros das Igrejas Ortodoxas autocéfalas empreenderam um

esforço conjunto e coletivo para se reunirem em concílio, "no mesmo lugar" (Atos 2.1), a fim de tratar de questões que afetavam seus fiéis em todo o mundo.

O Concílio nos lembra que a Igreja Ortodoxa não se entende como uma federação de igrejas independentes que existem isoladamente. Pelo contrário, é um só Corpo de Cristo, unido na fé, na vida sacramental e na tradição apostólica. Sínodos e concílios sempre serviram como meios e expressões pelos quais a Igreja manifesta sua unidade. Desde o Concílio Apostólico descrito no capítulo 15^{dos} Atos dos Apóstolos até os Concílios Ecumênicos ao longo do primeiro milênio, a Igreja sempre se reuniu para buscar e discernir a orientação do Espírito Santo, visando cumprir seu papel e responsabilidade no mundo. De maneira semelhante, o Concílio de Creta buscou dar continuidade a essa tradição viva, demonstrando que a conciliaridade não é apenas uma memória histórica, mas uma realidade duradoura.

Agora, ao falarmos do Santo e Grande Concílio, convém resistir à tentação de avaliá-lo pela ótica de seus resultados imediatos ou da lamentável ausência de algumas Igrejas autocéfalas, que retiraram sua participação prometida. Fazer isso seria reduzir o Concílio a um mero evento. Afinal, a história nos lembra que os concílios raramente são julgados apenas pela presença ou pelo consenso imediato. Os próprios Concílios Ecumênicos foram, muitas vezes, recebidos de forma gradual, não imediata ou espontânea, por vezes em meio a considerável controvérsia que chegou a gerar divisões.

Quanto aos seus resultados tangíveis, a *Encíclica* e a *Mensagem* do Concílio , juntamente com seus seis documentos e decisões oficiais, abordaram questões de profunda importância para a vida ortodoxa contemporânea, enfatizando a missão da Igreja no mundo atual e afirmando que a Ortodoxia tem uma contribuição vital a dar para a resolução de problemas como paz, justiça, dignidade humana, liberdade e gestão ambiental. Afinal, a Igreja é chamada não a se isolar da sociedade, mas a testemunhar o poder transformador do Evangelho no coração do mundo. Além disso, embora não tenha resolvido todas as dificuldades enfrentadas pela Igreja na chamada Diáspora, o Concílio destacou a necessidade de fortalecer a cooperação episcopal em regiões onde coexistem múltiplas jurisdições ortodoxas. Ao mesmo tempo, reconheceu a necessidade de esforços contínuos em prol de uma maior unidade, visando um cuidado pastoral mais eficaz. É esse mesmo foco pastoral que orientou e definiu as decisões sobre a sacralidade do matrimônio e o significado do jejum.

Contudo, para os nossos propósitos nesta conferência organizada pelo *Oecumenicum* , talvez o documento mais amplamente discutido resultante do Grande Concílio tenha sido o que diz respeito às relações da Igreja Ortodoxa com o resto do mundo cristão. Numa época marcada pela secularização e pela divisão, o

Concílio reafirmou a participação ortodoxa no diálogo teológico, sustentando que o diálogo genuíno não é uma expressão de relativismo, mas um ato de fidelidade à oração do Senhor "para que todos os seus discípulos sejam um" (Jo 17,21).

Contudo, para além dos seus textos específicos, o Concílio destacou um importante princípio eclesiológico: o de que a unidade requer encontro. As Igrejas não podem permanecer em isolamento perpétuo umas das outras, alegando expressar a plenitude da catolicidade. A tradição conciliar chama os bispos a reunirem-se, deliberarem, ouvirem e discernirem em conjunto. Mesmo quando e onde o acordo completo se revela por vezes difícil, o próprio ato de reunir-se reflete o compromisso da Igreja com a conciliaridade e a comunhão. Portanto, o Concílio deve ser percebido como uma declaração eclesiológica — ou, por outras palavras, uma manifestação da própria natureza da Igreja como comunhão conciliar (*koinonia*), cujo significado último reside para além dos documentos e declarações promulgados em Creta, na visão teológica da Igreja que ele constituiu.

Hoje, dez anos após o Concílio de Creta, muitos dos desafios que ele procurou abordar ainda permanecem entre nós. O mundo ortodoxo em particular, mas também os mundos ecumênico e religioso em geral, continuam a enfrentar tensões geopolíticas sem precedentes e aparentemente insuperáveis, divisões eclesiásticas, mudanças demográficas e desafios pastorais em sociedades cada vez mais pluralistas e secularizadas. Essas circunstâncias apenas reforçam a importância de manter canais de comunicação e fortalecer os laços de comunhão entre as Igrejas.

Sob essa perspectiva, o Concílio de Creta deve ser visto não como a *conclusão* final de um processo, mas como o *início* preliminar de um renovado compromisso com a conciliaridade, a comunhão e a cooperação. De muitas maneiras, a obra do Concílio permanece inacabada. Isso se aplica não apenas à Igreja Ortodoxa, mas também à Igreja Católica Romana, que nos últimos anos tem se concentrado na conciliaridade como fundamento da integridade e da unidade eclesial. Fundamentalmente, a conciliaridade não é simplesmente um mecanismo administrativo, mas um modo ontológico de existência. A Igreja se reúne em concílio porque é assim que Cristo permanece presente na Igreja e como o Espírito Santo guia seu povo. A conciliaridade é a manifestação da comunhão no mistério da Igreja. Não é opcional nem meramente benéfica; é constitutiva e essencial.

Durante séculos, mas especialmente nas últimas décadas, teólogos ortodoxos têm enfatizado que a primazia e a sinodalidade são realidades inseparáveis, que nenhuma pode existir plenamente sem a outra. Por exemplo, o falecido Padre Georges Florovsky (1983-1979) nos lembrou que a sinodalidade é **histórica ou patrística** — que a Igreja discerne a verdade dentro da continuidade da Tradição e do consenso dos Padres. O falecido Nikos Nissiotis (1924-1986) nos lembrou que a

conciliaridade é também **pneumatológica ou carismática** — que nos reunimos porque o Espírito Santo constitui a Igreja como comunhão e a conduz à verdade. E o Metropolita João Zizioulas (1931-2023) nos lembrou que a sinodalidade é, em última análise, **eucarística e ontológica** — que a comunhão não é algo que a Igreja pratica, mas algo que pertence à própria essência e existência da Igreja. Juntas, essas três perspectivas nos impedem de reduzir a sinodalidade a um procedimento institucional ou à moda eclesiástica contemporânea. A sinodalidade é simultaneamente carismática e tradicional, eucarística e episcopal.

Como reconhecemos e concordamos fundamentalmente, a assembleia eucarística é a principal imagem do reino celeste. Isso significa que cada concílio é essencialmente uma extensão dessa comunhão na vida e na missão da Igreja. O Grande Concílio lembrou-nos, a nós ortodoxos, que a autocefalia não implica isolamento eclesial e que as Igrejas locais não podem realizar plenamente sua vocação católica separadas umas das outras. Lembrou ao Papa Francisco que, como ele observou repetidamente, "o caminho da sinodalidade é o que Deus espera da Igreja no terceiro milênio" — uma visão ampliada e expandida pelo Papa Leão XIV, num esforço para sublinhar a importância da escuta e do discernimento como características definidoras da conciliaridade e da comunhão.

De uma perspectiva ortodoxa, este renovado interesse católico pela conciliaridade é de grande importância histórica. Isso fica imediatamente evidente nas conversas teológicas do diálogo internacional oficial entre nossas duas "igrejas irmãs" nas últimas duas décadas, que se concentraram na relação entre primazia e conciliaridade com a unidade e a comunhão. Primazia sem sinodalidade corre o risco de se tornar uma autoridade centralizada, dissociada da comunhão eclesial; sinodalidade sem primazia corre o risco de fragmentação e da incapacidade de manifestar uma unidade visível. Essa relação foi amplamente explorada no Documento de Ravena (2007) e no Documento de Chieti (2016), ambos reconhecendo que primazia e sinodalidade coexistem nos níveis local, regional e universal da vida eclesial. A primazia é um claro exercício de serviço, de facilitação e coordenação, mas sempre dentro e nunca acima da estrutura sinodal da Igreja.

Distinta assembleia e queridos amigos,

Tudo o que vemos e fazemos na Igreja deve ser feito na perspectiva da Eucaristia. A Eucaristia nos reúne em um só Corpo. E é o próprio princípio da conciliaridade que dá expressão visível a essa unidade no contexto histórico e temporal. Eu diria que o futuro da Ortodoxia depende não apenas da resolução de disputas canônicas ou desafios administrativos, mas principalmente da recuperação da cultura de conciliaridade que caracterizou a Igreja primitiva. De fato, o futuro do cristianismo depende dessa recuperação da conciliaridade. E isso requer, acima de

tudo, humildade diante do triunfalismo, encontro diante do isolamento, diálogo diante da divisão e comunhão diante do nacionalismo.

Em última análise, o Concílio de Creta se apresenta como um convite a essa recuperação. Talvez esse seja o seu legado final e duradouro. Numa época cada vez mais marcada pela polarização e fragmentação social, pela discórdia e conflito geopolítico, o Santo e Grande Concílio nos lembra que a Igreja é — e sempre foi — chamada a caminhar unida. Afinal, essa é a interpretação literal da palavra grega para "sínodo". E a Igreja é constantemente chamada a estar em humilde consulta. Esse, claro, é o significado literal do termo latino para "concílio" (*concilium*). Não porque "estar junto" e "estar em consenso" sejam tarefas fáceis, mas porque a comunhão é intrínseca e imprescindível para a identidade da Igreja. Somente assim a Igreja poderá se revelar plenamente como ícone da Santíssima Trindade — uma comunhão de amor, verdade e unidade oferecida para a vida do mundo.

Ao lermos e recitarmos as Escrituras e a liturgia, que elas também nos guiem e brilhem em nossas vidas: "A graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus Pai e a comunhão do Espírito Santo estejam com vocês e conosco." (2 Coríntios 13:14)

Agradeço por este honroso prêmio, bem como pela sua gentil atenção.